

Moção de carácter específico ao XII Congresso do LIVRE

A frente digital do LIVRE

O LIVRE é um partido que ambiciona ter uma maior presença política e pública. Nos tempos em que vivemos, uma parte importante desta presença faz-se na Web, de forma generalizada entre diversas organizações e partidos políticos. Desde logo, o *website* oficial é uma referência na abertura do partido, permitindo-lhe dar-se a conhecer e abrindo-se à consulta de muita informação, em particular as medidas programáticas apresentadas em várias eleições. Também as *newsletters* têm sido fundamentais, em primeiro lugar como forma de contacto direto, assíncrono e seguro, e na divulgação das iniciativas do partido e apelo ao envolvimento de Membros e Apoiantes. As incontornáveis redes sociais têm sido essenciais na divulgação das ideias e candidaturas do partido, desde a sua fundação.

O crescimento do LIVRE tem levado também a uma multiplicação de identidades digitais dos Núcleos Territoriais, e a gestão profissional da imagem partidária é já uma preocupação presente. A plataforma oficial do trabalho partidário, o Ponto LIVRE, veio afirmar-se como essencial no trabalho e envolvimento internos, tendo demonstrado a sua valia com o início do período pandémico e agregando agora várias ferramentas de trabalho que se têm mostrado fundamentais para operacionalizar os princípios colaborativos do partido. Outras ferramentas digitais usadas no LIVRE têm também um papel importante, como , o recurso a plataformas de videoconferência, os endereços de email oficiais e ainda os métodos de votação *online* que auxiliam o processo de Primárias e os Congressos.

Esta maior presença *online* do LIVRE, sobretudo em período pós-eleitoral e numa fase em que a representação na Assembleia da República lhe dá maior visibilidade, deve levar o partido a fazer algumas reflexões de carácter prático, mas também político. Existem questões relacionadas com a cibersegurança e com a escolha de melhores soluções técnicas que não podem deixar de ser conciliadas com os princípios políticos e as mensagens que o LIVRE transmite e representa.

Estar politicamente na Web

Para além das soluções práticas que a Web nos oferece, a presença *online* de um partido político é fundamentalmente diferente da de outros intervenientes, não só devido à natureza da organização em si, mas porque politicamente os partidos já se apresentam eles próprios com visões para a Web e o mundo digital em geral. Desde logo, a defesa dos direitos digitais — a privacidade e o cumprimento do RGPD, a cibersegurança e os serviços *online* do Estado — a par da defesa da abertura digital que o software livre, o código público, e os formatos abertos representam para a sociedade contemporânea, numa lógica de Comuns digitais, devem levar o LIVRE a procurar uma harmonia politicamente sustentável, alinhando os seus princípios e valores com a sua presença *online* em todos os domínios. Uma dessas facetas já bem enraizada é o recurso ao Software Livre, que já é privilegiado pelo partido na procura de soluções técnicas. Pegando no exemplo das redes sociais mais populares, conhecidas por açambarcarem dados pessoais de forma reconhecidamente perniciosa, é preciso ter em conta que a participação do LIVRE nessas redes presume a aceitação dos mesmos termos de utilização que autorizam a recolha massiva de dados pessoais, e a sua mera presença auxilia o rastreamento das pessoas que o seguem, por introduzir mais um fator diferenciador no contexto da análise comportamental.

A ágora artificial

Estas considerações são também relevantes para outros domínios que, não estando originalmente ligados ao meio *online*, também lhe dizem respeito, como é o caso das reivindicações feministas que o LIVRE tem protagonizado: a realidade da exposição a que muitas mulheres são sujeitas nos media, muito amplificado no meio *online*, como é o caso talvez mais óbvio da objetificação do corpo feminino nalgumas redes sociais, e também a do abuso *online* a que são sujeitas, são questões que devem levar a uma reflexão sobre qual deve ser a postura de um partido que recorre a essas mesmas redes como meio de intervenção política.

Esta preocupação estende-se ao discurso extremista, em particular o de génese racista, bem como à disseminação de *fake news*, que têm conseguido medrar em redes sociais cuja gestão da parte responsável tem ficado muito aquém do desejado. A polarização política que é o húmus da interacção de que subsistem estas redes torna-as naturalmente incapazes de lidar com estes fenómenos. Para mais, as soluções até aqui apresentadas falham ao basear-se em censuras muitas vezes cegas e que colidem com a expectativa de liberdade de expressão, natural e implícita na adesão voluntária a fóruns *online*.

Uma parte considerável do espaço público *online* não é um espaço neutro, em virtude da natureza proprietária, capitalista e consumista que lhe dá origem. Está, assim, enviesado à partida e pensado sobretudo para uma participação individual, estranha ao carácter institucional de organizações políticas. É preciso, portanto, conciliar esta questão com a necessidade de acesso a uma audiência muito vasta, do qual seria impensável prescindir.

Cibersegurança: não é ‘se’, é ‘quando’

A exposição *online* de um partido torna-o um alvo óbvio para ataques informáticos. Como é cada vez mais óbvio, não há nenhuma organização que possa dizer-se imune a esse tipo de risco, que pode passar pelo simples roubo de identidade ou a ataques sofisticados de *ransomware* capazes de paralisar uma instituição inteira. É, por isso, necessário que cada organização elenque as suas fragilidades e ponha em prática uma estratégia de prevenção e mitigação: *backups* e redundância, gestão de credenciais para acessos e privilégios, e protocolos de recuperação e de comunicação.

Para lá da questão da segurança, há ainda a do processo. Uma organização que renove cargos com privilégios administrativos diferentes entre si deve ter implementado um protocolo de atribuição e revogação de credenciais, que siga os trâmites regulamentares e que permita a alternância nos papéis formais e informais que a vida partidária exige, sem sacrificar a horizontalidade à segurança, e vice versa.

Até ao momento presente, o trabalho na frente digital do LIVRE tem sido consciente, regrado mas informal. Toda a componente técnica na gestão, manutenção e desenvolvimento das ferramentas digitais ao serviço do LIVRE tem sido assegurada por um grupo reduzido de pessoas de forma totalmente voluntária. A constituição informal do grupo «guiques livres» permitiu alargar a dinâmica das pessoas não-técnicas mas ativamente envolvidas na melhoria de processos colaborativos no Ponto LIVRE e de promoção do uso da plataforma e de outras ferramentas, tanto através de eventos formativos como na implementação de soluções práticas a problemas concretos resultantes de sugestões e comentários recolhidos. Para garantir que a frente digital do LIVRE funciona na sua plenitude e em consonância com os valores e princípios do partido, é necessário formalizar esta equipa técnica.

O posicionamento do LIVRE

O LIVRE, como partido Ecologista, de Esquerda, e defensor dos direitos digitais, afirmou-se já contra as lógicas de consumo, vigilância *online* e controlo que têm virado a tecnologia contra as pessoas que a elas recorrem, em particular,

- na defesa do direito à privacidade e ao consentimento informado;
- na subscrição do *Contract for the Web*;
- na defesa da Neutralidade da Internet; e
- no apoio à campanha *Public Money? Public Code*.

É agora necessário que o LIVRE encontre na sua frente digital outros pontos de contacto com o seu restante ideário, nomeadamente,

- na denúncia de práticas corporativas contrárias à dignidade humana, e da leniência perante a disseminação do racismo, a sexualização de menores, a exploração sexual, o abuso *online*, e a erosão da privacidade e do consentimento informado como contrapartidas para o usufruto da Web;
- na exigência de que o Estado assuma, na Web, uma posição imparcial e independente das lógicas comerciais contrárias ao interesse de todas as cidadãs e cidadãos, e na defesa da acessibilidade como condição primeira no acesso a instituições e serviços, bem como da resiliência da infraestrutura crítica;
- no recurso à Web como meio privilegiado na promoção da transparência dos processos de decisão e do poder político;

e ainda interiorizando estes princípios

- aplicando escrupulosamente os preceitos que defende;
- ganhando consciência das implicações políticas da sua atuação *online*; e
- por via da reflexividade, manifestando publicamente o reconhecimento das divergências decorrentes da sua presença em plataformas que exibem práticas contrárias aos valores que o partido defende.

Em particular, o LIVRE deverá, para isso,

- 1 Atualizar a sua Política de Privacidade**, de forma integrada, para todas as plataformas (aplicando-se às *newsletters*, *website* oficial, Ponto LIVRE, e outros serviços) e implementando cuidadosamente o **Regulamento Geral de Proteção de Dados**;
- 2 Adaptar** todas as instâncias digitais do LIVRE aos **critérios de acessibilidade** conformes às convenções mais recentes;
- 3 Fazer escolhas cuidadosas** na adoção de quaisquer softwares, **dando prioridade ao Software Livre** nas diversas implementações técnicas, e **prescindindo, sempre que possível**, de serviços terceiros que não respeitem os direitos digitais;
- 4 Escolher criteriosamente as redes sociais** em que participa, em coerência com os seus valores, e tendo em vista critérios de **alcance e impacto**, dando a conhecer à comunidade os **conflitos éticos**, sempre que estes existam, e alargando-se a novas plataformas no acompanhamento da evolução da Web;
- 5 Elaborar um caderno de encargos** que auxilie o cumprimento dos pontos anteriores, na escolha e adoção de ferramentas digitais e redes sociais;
- 6 Implementar um plano de cibersegurança** de resiliência e mitigação;

- 7 Proceder à **gestão profissional** das suas plataformas, da manutenção de *backups*, e das credenciais de acessos e privilégios, bem como da aplicação do plano de cibersegurança; e
- 8 Formalizar uma **equipa técnica** responsável pelo desenvolvimento, ensaio, implementação e manutenção de ferramentas digitais, devidamente dotada de **autonomia** e atribuindo-lhe uma **rubrica orçamental própria**.

Subscvem esta moção

Francisco Burnay
João Manso
João Vasco Gama
Isabel Moreira
Paulo Oliveira
Tiago Silva

Restantes Subscritores:

Ana Luísa Reis Natário
André João Maurício Leitão do Valle Wemans
André Pinheiro Pires
Angela Marina Carvalho Marques
daniel blanc rocha
David Tiago Paulo Tanganho
Diamantino José Videira Matos Raposinho
Diana Bastos Serrano de Almeida
Diogo Alexandre Rodrigues Almeida
Diogo Flor Dias Nogueira Leite
Eduardo de Carvalho Viana
Fábio Cipriano Ventura
Filipe Manuel da Silva Martins
Francisco João Maçãs Biscainho
Henrique Rezende de Castro
Hugo Manuel Fernandes Rajão
Hugo Manuel Pinto Faria
Ivo José Melim Freitas
João David Barata Rodrigues
João Filipe Narciso Figueira Mira
João Luís Silva
João Manuel Aiveca Caseiro
João Miguel Viegas Gaspar
João Pedro Adriano Gaspar
Jorge Pinto
José Alberto Alvarez de Bettencourt
José Joaquim Azevedo de Araújo
Leonardo Calé
Luís António Pinto da Silva
Luís Miguel Morais Soares
Maria do Rosário da Conceição Esteves Pereira
Maria João Duarte Nobre Pereira Bernardo
Maria Ofélia Passinhas Janeiro
Mário Jorge Ramos de Almeida
Mário Rui Silva Barreira
Marta Filipa de Sousa Ramos
Michel Fernandes Lopes
Miguel Cristóvão dos Santos
Miguel João Paiva Bento
Miguel José Graça Pereira de Oliveira
Nuno Miguel Brás Rolo
Nuno Miguel Martins dos Santos Arada
Patrícia Andreia Robalo Ribeiro
Paulo Carraca
Pedro de Spínola Ruella Ramos
Pedro Diogo Duarte Alves Gonçalves

Pedro Manuel Cravino Serra
Ricardo Jorge Rodrigues André
Ricardo Rogério Silva das Neves Fernandes
Rita Pedro Teixeira Soares
Rui Manuel Pereira Matias
Sandra Isabel Lourenço da Silva Estevam
Telmo Emanuel Rijo Julião
Teresa Salomé Alves da Mota
Tiago Cruz Carvalho
Vitor Emanuel Andrade André